



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão é possível atacar qualquer omissão do Poder Público, como, por exemplo, a omissão na criação de vagas em creches.
- (B) A decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no controle brasileiro é recorrível mediante agravo interno e poderá, nos casos previstos na lei, também ser objeto de ação rescisória.
- (C) Nas ações diretas de inconstitucionalidade e constitucionalidade, é admitida, em regra, a intervenção de terceiros para auxiliar na resolução final da demanda.
- (D) A chamada ação direta de inconstitucionalidade interventiva é aquela de legitimidade ativa exclusiva do Procurador Geral da República, que poderá ser ajuizada, dentre outros casos, por violação dos princípios sensíveis da Constituição.
- (E) É cabível ação direta de constitucionalidade para questionar, perante o Supremo Tribunal Federal, leis ou atos normativos federais e estaduais.

02. Suponha que os Municípios X, Y e Z possuem localização limítrofe e têm a intenção de instituir uma região metropolitana. O Município X solicita que o Procurador da Prefeitura lhe informe sobre a constitucionalidade da medida.

Neste caso, a resposta adequada, segundo a previsão da Constituição, é de que referida proposta é

- (A) inconstitucional, uma vez que a competência para instituição de regiões metropolitanas é privativa da União Federal.
- (B) inconstitucional, pois somente os Estados é que poderão instituir regiões metropolitanas por lei ordinária, exigindo-se, no entanto, a aprovação de tal medida por plebiscito dos Municípios afetados.
- (C) inconstitucional, já que a competência para instituir regiões metropolitanas é exclusiva dos Estados membros, que deverão fazê-lo mediante lei complementar, estando os Municípios obrigatoriamente vinculados a essa decisão.
- (D) constitucional, uma vez que no âmbito do interesse local a competência para tratar sobre a matéria é exclusiva dos Municípios.
- (E) constitucional, desde que todos os Municípios aprovem a medida mediante a realização de plebiscito, já que se trata de matéria de nítido interesse local.

03. Imagine que Antonieta, brasileira naturalizada, com domicílio eleitoral na Cidade de Botucatu/SP, tenha 28 anos de idade e a intenção de participar das eleições ao cargo de Governadora do Estado de São Paulo no ano de 2020.

Neste caso, a partir da previsão constitucional sobre direitos políticos, é correto afirmar que Antonieta

- (A) não poderá se candidatar ao cargo, pois apesar de ter a idade mínima prevista pela Constituição e possuir domicílio eleitoral na circunscrição exigida por lei, nenhum brasileiro naturalizado pode concorrer ao cargo de Governador de Estado.
- (B) não poderá se candidatar ao cargo exclusivamente pelo fato de não ter a idade mínima de 30 anos exigida pela Constituição, já que possui domicílio eleitoral na circunscrição e o cargo pode ser assumido por brasileiro naturalizado.
- (C) não poderá se candidatar ao cargo uma vez que a Constituição estabelece a idade mínima de 35 anos para o cargo de Governador e não permite a sua assunção por brasileiro naturalizado.
- (D) poderá assumir o cargo naturalmente, vez que preenche todos os requisitos constitucionais estabelecidos na Constituição.
- (E) poderá assumir o cargo desde que, até a data da posse, tenha completado a idade mínima de 29 anos prevista pelo texto constitucional.

04. A respeito dos remédios constitucionais previstos pela Constituição brasileira, é correto afirmar que

- (A) o mandado de injunção é garantia constitucional destinada a assegurar direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou mandado de segurança, e cabível sempre que autoridade pública abusar do seu poder enquanto prestador de serviço público.
- (B) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer Deputado Federal ou Senador, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação coletiva em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros e associados.
- (C) será concedido mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou privadas.
- (D) o *habeas corpus* é uma garantia constitucional que será concedido a qualquer pessoa física ou jurídica que sofra ou se ache ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) a ação popular é um instrumento constitucional que pode ser proposta por qualquer cidadão e visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

- 05.** Assinale, dentre as assertivas a seguir, aquela que apresenta uma situação prevista pela Constituição Federal, em que o Estado de São Paulo poderia promover intervenção federal em desfavor do Município de Ibaté:
- (A) ausência de pagamento da dívida fundada pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
 - (B) ausência de pagamento da dívida fundada pelo prazo de 3 (três) anos, consecutivos ou não, salvo por motivo de força maior.
 - (C) necessidade de pôr fim a grave comprometimento da ordem pública.
 - (D) repelir invasão de município limítrofe ou de uma unidade da Federação.
 - (E) assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis.
- 06.** A respeito do direito à educação no Brasil, é certo afirmar sobre a atual previsão constitucional, que é tarefa dos Municípios
- (A) atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio.
 - (B) garantir, de forma obrigatória, a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade.
 - (C) definir e organizar, individualmente, os seus sistemas de ensino.
 - (D) aplicar, semestralmente, pelo menos dezoito por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (E) aplicar, anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, sob pena de poder sofrer intervenção Estadual.
- 07.** Considere a seguinte situação hipotética: A Câmara Municipal de Ibaté tem a intenção de criar uma lei regulamentando e organizando as Juntas Comerciais do Município e solicita ao Procurador Municipal um parecer jurídico a respeito do caso. Neste sentido, é correto afirmar que o Município
- (A) possui competência concorrente com a União, Estados membros e Distrito Federal para legislar sobre a matéria, especialmente considerando o nítido interesse local.
 - (B) possui competência exclusiva para regulamentar o tema das juntas comerciais, em função do interesse local.
 - (C) não possui competência para tratar sobre a matéria, uma vez que a regulamentação do tema é de competência privativa da União Federal, que por sua vez pode delegá-la aos Estados membros.
 - (D) não possui competência para regulamentar a matéria, de modo que a competência é concorrente apenas entre a União Federal, Estados membros e Distrito Federal, não se estendendo aos Municípios.
 - (E) não possui competência para regulamentar a matéria, já que a competência para legislar e regulamentar tema afeto à Junta Comercial é privativo dos Estados membros.
- 08.** A responsabilidade extracontratual do Estado por atos lícitos
- (A) é solidária e subjetiva.
 - (B) é presumida, não admitindo excludente de nexo causal.
 - (C) decorre do princípio da isonomia.
 - (D) elide a responsabilização por improbidade administrativa.
 - (E) depende da prévia responsabilização disciplinar do agente causador do dano.
- 09.** De acordo com a Constituição Federal,
- (A) a criação ou extinção de Secretarias Municipais, assim como de Ministérios, pode se dar por meio de decreto.
 - (B) a organização e o funcionamento de órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, quando não implicarem aumento de despesa, poderão ser disciplinados por decreto.
 - (C) autarquias, agências executivas, fundações e empresas públicas somente podem ser criadas por lei.
 - (D) os órgãos colegiados no âmbito de Ministérios ou Secretarias de Estado ou Municipais só podem ser criados por lei específica.
 - (E) a fusão, a incorporação, a cisão e a extinção de empresas estatais somente podem se dar por lei.
- 10.** De acordo com a Lei federal nº 13.019/14, o acordo de cooperação
- (A) será celebrado sem chamamento público, salvo se o objeto do ajuste envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.
 - (B) será precedido de chamamento público se envolver recursos decorrentes de emenda parlamentar à lei orçamentária anual.
 - (C) é o instrumento jurídico adequado para instrumentalizar parcerias voluntárias com os serviços sociais autônomos.
 - (D) dispensa a aprovação de plano de trabalho previamente à sua celebração.
 - (E) que não envolver a transferência de recursos financeiros, dispensa prestação de contas.

11. Ivan foi professor da rede pública estadual de ensino, em regime estatutário, tendo se aposentado voluntariamente em 2017. Em novembro de 2018, foi nomeado e passou a exercer o cargo de Secretário Municipal da Educação, na mesma localidade em que lecionou.
- Neste caso hipotético, de acordo com a Constituição Federal, a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração do cargo público
- (A) é vedada, porque embora os regimes de contratação sejam diferentes para os cargos de professor e de Secretário municipal, o regime previdenciário é o mesmo.
 - (B) é vedada, porque o ordenamento jurídico brasileiro proíbe o exercício de atividade remunerada por aposentado pelo regime próprio de previdência, como é o caso de Ivan.
 - (C) é possível, porque os cargos públicos exercidos por Ivan são acumuláveis nos termos da Constituição.
 - (D) é possível, porque o cargo de Secretário Municipal é eletivo e Ivan não se aposentou compulsoriamente pelo regime geral de previdência social.
 - (E) é possível, porque o cargo de Secretário Municipal é em comissão.
12. O ato administrativo que admitir o uso privativo de bem público por particular é
- (A) ilegal se recair sobre bem dominical.
 - (B) inválido se não for precedido de licitação.
 - (C) inconstitucional se recair sobre bem imóvel.
 - (D) denominado concessão de direito real de uso.
 - (E) válido se preencher os requisitos legais da autorização.
13. A contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços
- (A) dispensa o termo de contrato, independentemente de seu valor, nos casos de aquisição de bens com entrega parcelada.
 - (B) deverá vigorar pelo mesmo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, ou seja, não poderá superar 1 (um) ano.
 - (C) não é obrigatória para a Administração, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência, em igualdade de condições, nas contratações futuras.
 - (D) após celebração do termo de contrato, não poderá sofrer alteração de valor para fazer face a reajuste de preços previsto na Ata de Registro de Preços.
 - (E) não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro para execução de serviços de qualquer espécie.
14. De acordo com a Lei federal nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, são consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas pelo Município e destinadas a
- (A) aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
 - (B) obras de infraestrutura para a rede escolar municipal.
 - (C) programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica.
 - (D) pessoal docente e demais trabalhadores da educação, ainda quando em atividade alheia ao desenvolvimento do ensino.
 - (E) subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
15. A contratação de serviço de organização e divulgação de evento anual comemorativo do aniversário do Município
- (A) poderá se dar de forma direta, mediante inexigibilidade de licitação, por caracterizar serviço técnico profissional especializado, nos termos da Lei federal nº 8.666/93.
 - (B) poderá se dar de forma direta, mediante dispensa de licitação, por caracterizar cessão de mão de obra temporária.
 - (C) poderá ser precedida de licitação do tipo técnica e preço, por caracterizar serviço de publicidade a ser prestado necessariamente por intermédio de agências de propaganda, nos termos da Lei federal nº 12.232/2010.
 - (D) poderá ser precedida de licitação na modalidade pregão, por caracterizar serviço de natureza comum, nos termos da Lei federal nº 10.520/02.
 - (E) não é permitida, devendo o Poder Público abster-se de realizar eventos festivos desprovidos de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nos termos da Constituição Federal.

16. Quanto ao contrato de seguro e à prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescreve em três anos a indenização do segurador ao segurado, contado o prazo da data em que este é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado.
- (B) O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o seguro tenha ciência da decisão.
- (C) A pretensão indenizatória somente surge ao segurado quando houver ciência do fato gerador da pretensão, com a sentença condenatória, momento do qual terá início a prescrição.
- (D) Prescreve em um ano a pretensão de receber o seguro não pago e começará seu curso depois de formalizado o aviso de sinistro à seguradora.
- (E) Tratando-se de contrato de seguro, a prescrição ocorre em dez anos, pois a lei não lhe fixou prazo menor.

17. Nas obrigações de dar coisa incerta,

- (A) será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- (B) se determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor.
- (C) antes da escolha poderá o devedor alegar sua perda.
- (D) se houver frutos, pertencerão ao credor, cabendo ao devedor os pendentes.
- (E) desde a tradição, o credor pode devolver a coisa.

18. João iria vender um imóvel de sua propriedade a Antônio e já estavam conversando a respeito, porém João desistiu de formalizar o negócio.

Considerando a responsabilidade civil de indenizar de João a Antônio, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que houver um rompimento pré-contratual, atingindo a boa-fé objetiva, faz surgir o dever de indenizar.
- (B) No caso, tratando-se de responsabilidade contratual, não importa a fase negocial, impondo-se o dever de conduta às partes e o dever de indenizar.
- (C) Se alguém se propôs a vender um bem, pode simplesmente recusar a venda a alguém sem nenhum motivo justificado.
- (D) O Direito brasileiro não reconhece nenhum direito relativo à fase pré-contratual, podendo a parte desistir do negócio a qualquer tempo até formalizar algum compromisso.
- (E) Não é o rompimento de qualquer negociação, mas daquela que já tinha provocado na parte a expectativa razoável de contratação que gera a possível indenização.

19. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil e os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos civis serão considerados, à luz da legislação,

- (A) absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (B) incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- (C) mediante averbação em registro público, plenamente capazes.
- (D) capazes, ainda que pessoalmente possam não exercer todos os seus direitos.
- (E) incapazes, com a obrigação legal de serem interditados.

20. Quanto à prova produzida por meio de documento, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário-mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
- (B) As reproduções fotográficas e quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas sempre fazem prova plena destes.
- (C) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
- (D) Os documentos redigidos em língua estrangeira serão traduzidos para o português para ter efeitos legais no País, exceto quando as partes e o juiz compreenderem o idioma.
- (E) A prova supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21.** Assinale a espécie de tutela provisória que pode estabelecer-se, conforme disposição expressa do Código de Processo Civil.
- (A) Tutela de urgência antecipada de caráter antecedente.
 - (B) Tutela de evidência.
 - (C) Tutela de urgência de natureza cautelar.
 - (D) Tutela de urgência antecipada de caráter incidental.
 - (E) Tutela de urgência cautelar de caráter incidental.
- 22.** Quanto às prerrogativas da Fazenda Pública e do Advogado Público, assinale a opção correta.
- (A) Não haverá remessa necessária quando não interposta apelação pelo órgão fazendário.
 - (B) Se aplica o reexame necessário nas causas dos juizados especiais da Fazenda Pública.
 - (C) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer.
 - (D) O membro da Advocacia Pública será civilmente responsável quando agir com culpa no exercício de suas funções.
 - (E) Não se aplica o duplo grau de jurisdição para confirmação de eficácia da sentença quando a mesma estiver fundada em súmula de Tribunal Superior.
- 23.** Nos termos do Código de Processo Civil, quanto ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, é correto afirmar:
- (A) o prazo é de 15 (quinze) dias para impugnar a execução e deverá fazer nos próprios autos.
 - (B) ao impugnar a execução, o ente público poderá arguir falta da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.
 - (C) a multa de 10% (dez por cento), prevista no § 1º do art. 523, aplica-se à Fazenda Pública.
 - (D) ao impugnar a execução, o ente público não poderá arguir ilegitimidade de parte.
 - (E) na alegação de excesso de execução, não terá a sua arguição prejudicada, caso não declare de imediato o valor que entende correto.
- 24.** Quanto às normas estabelecidas para o Juizado Especial Cível Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) É competente para as causas que tratem sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
 - (B) No foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.
 - (C) Podem ser partes, como autores, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.
 - (D) A citação para audiência de conciliação deverá ser efetuada com antecedência mínima de cinco dias.
 - (E) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.
- 25.** No que concerne à Ação Rescisória, assinale a assertiva correta.
- (A) Não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
 - (B) Não possui legitimidade para propor a ação rescisória aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
 - (C) Sua propositura impede o cumprimento da decisão rescindenda, quando não houver concessão de tutela provisória.
 - (D) A escolha do relator recairá, sempre que possível, em juiz que haja participado do julgado rescindendo.
 - (E) O Autor deverá depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa se a ação for julgada improcedente por unanimidade de votos.

26. O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder o prazo de

- (A) três meses, sendo admitida a prorrogação por igual prazo.
- (B) noventa dias, sendo admitida a prorrogação por prazo correspondente a trinta dias.
- (C) cento e oitenta dias, sendo admitida a prorrogação por até noventa dias.
- (D) três meses, não se admitindo qualquer prorrogação.
- (E) cento e oitenta dias, não se admitindo qualquer prorrogação.

27. Determinada empresa, com cento e vinte empregados, objetivando o preenchimento da cota de empregados com deficiência, admitiu um empregado cadeirante e dois empregados com síndrome de Down, todos com vinte anos de idade.

Diante dessa situação, e considerando a legislação pertinente, é correto afirmar que

- (A) a cota não foi preenchida, pois os trabalhadores com síndrome de Down não podem celebrar contratos de trabalho.
- (B) a cota foi preenchida, pois os três contratos de trabalho celebrados são válidos.
- (C) a cota foi preenchida, pois a contratação do empregado cadeirante já era suficiente.
- (D) os dois empregados com síndrome de Down não podem compor a cota, pois a lei menciona apenas empregados com deficiência física.
- (E) a cota não foi preenchida, pois a empresa está obrigada a contratar o mínimo de cinco empregados com deficiência.

28. Em relação às obrigações que decorrem da relação de emprego, as empresas que integram o mesmo grupo econômico do empregador são

- (A) subsidiariamente responsáveis.
- (B) subsidiariamente responsáveis, desde que tenham se beneficiado diretamente com a prestação dos serviços.
- (C) solidariamente responsáveis, desde que tenham se beneficiado diretamente com a prestação dos serviços.
- (D) solidariamente responsáveis, salvo cláusula contratual em sentido contrário.
- (E) solidariamente responsáveis.

29. O contrato de trabalho intermitente

- (A) apresenta os mesmos requisitos do contrato de trabalho por prazo indeterminado, exceto a subordinação.
- (B) não se aplica às categorias profissionais regidas por legislação própria.
- (C) pode ser acordado tácita ou expressamente.
- (D) deve ser celebrado por escrito.
- (E) só é válido na hipótese de acréscimo extraordinário de serviços ou substituição transitória de pessoal permanente.

30. A ocorrência de terceirização fraudulenta, na qual se verifica a subordinação direta dos trabalhadores à empresa contratante,

- (A) acarreta o vínculo de emprego diretamente com a empresa contratante, salvo quando se tratar de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- (B) acarreta o vínculo de emprego diretamente com a empresa contratante, ainda que se trate de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- (C) não tem relevância jurídica, pois a lei assegura que o vínculo de emprego se estabelece apenas com a empresa prestadora dos serviços em qualquer circunstância.
- (D) assegura a responsabilidade solidária de ambas as empresas, as quais serão consideradas integrantes do mesmo grupo econômico.
- (E) não tem relevância jurídica quando os serviços contratados se inserem na atividade-meio da empresa contratante.

31. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, integram o salário a importância fixa estipulada,

- (A) as gratificações legais e os abonos pagos pelo empregador.
- (B) as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- (C) os prêmios habituais e os abonos pagos pelo empregador.
- (D) as comissões e os abonos pagos pelo empregador.
- (E) as comissões e as diárias de viagem que excedem 50% do salário contratual do empregado.

32. Determinada empresa, objetivando a redução de custos e o equilíbrio de sua situação financeira, procura o sindicato da categoria profissional de seus empregados e propõe a redução dos adicionais para atividades insalubres ou perigosas e do período de gozo das férias anuais remuneradas.

Nesta hipótese, o acordo coletivo de trabalho

- (A) poderá contemplar a redução temporária dos direitos mencionados, tendo em vista a prevalência do negociado sobre o legislado.
- (B) poderá contemplar apenas a redução do período de férias.
- (C) não poderá contemplar a redução dos direitos mencionados, tendo em vista expressa vedação legal.
- (D) poderá contemplar a redução dos direitos mencionados se houver a concordância expressa dos trabalhadores.
- (E) poderá contemplar apenas a redução dos adicionais de insalubridade e de periculosidade.

33. O direito à equiparação salarial pressupõe, entre outros requisitos, o trabalho prestado ao mesmo empregador, com

- (A) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e diferença de tempo na função não superior a dois anos.
- (B) igual produtividade e diferença de tempo de serviço não superior a dois anos.
- (C) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e no mesmo município.
- (D) a mesma perfeição técnica e na mesma região metropolitana.
- (E) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e na mesma base territorial do sindicato da categoria profissional.

34. Determinado empregado, que exerce a função de motorista, perdeu a habilitação para dirigir veículo, por determinação da autoridade competente, em decorrência de conduta culposa.

Neste caso, considerando o disposto expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador

- (A) poderá despedi-lo por justa causa, desde que promova o ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave.
- (B) poderá despedi-lo sem justa causa, desde que o empregado não possua alguma garantia de emprego.
- (C) deverá afastar o empregado das atividades, sem prejuízo da remuneração.
- (D) deverá readaptá-lo em nova função.
- (E) poderá promover a rescisão indireta do contrato de trabalho.

35. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) o empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave tem estabilidade no emprego.
- (B) é absoluta a presunção de dispensa discriminatória quando se trata de empregado portador do vírus HIV.
- (C) o servidor público celetista da Administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade assegurada constitucionalmente após três anos de efetivo exercício.
- (D) o empregado de categoria profissional diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade, independentemente de exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- (E) é constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/91, que assegura o direito à estabilidade provisória por período de doze meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

- 36.** Determinado empregado, com remuneração correspondente a R\$ 5.000,00 mensais, objetivando a solução de conflito individual de trabalho com seu empregador, propôs a instituição de cláusula compromissória de arbitragem.

Neste caso, considerando disposição expressa da Consolidação das Leis do Trabalho, a cláusula compromissória

- (A) poderá ser pactuada, desde que os direitos sejam disponíveis.
- (B) não poderá ser pactuada, considerando a restrição legal.
- (C) poderá ser pactuada apenas se o empregado tiver formação de nível superior.
- (D) poderá ser pactuada sem qualquer restrição.
- (E) poderá ser pactuada se houver concordância do sindicato da categoria profissional.

- 37.** As comissões de conciliação prévia se destinam

- (A) apenas à solução dos conflitos individuais de trabalho.
- (B) à solução dos conflitos individuais e coletivos de trabalho.
- (C) apenas à solução dos conflitos coletivos de trabalho.
- (D) a promover a solução arbitral para os conflitos previamente disciplinados em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (E) a indicar os integrantes da comissão de representantes dos empregados da empresa.

- 38.** Determinado empregado de empresa terceirizada, que presta serviços à prefeitura do Município, propõe reclamação trabalhista em face da empregadora e do Município tomador dos serviços, na qual postula o pagamento de diferenças salariais no importe total de R\$ 6.200,00, valor que é atribuído à causa. Nesta hipótese:

- (A) a reclamação deverá tramitar pelo rito sumaríssimo.
- (B) o Município deverá ser excluído da lide, pois não se admite a responsabilidade subsidiária dos órgãos da Administração Pública.
- (C) a reclamação deverá seguir pelo rito ordinário.
- (D) a citação dos reclamados será pelos correios, independentemente do rito processual.
- (E) o rito processual dependerá da iniciativa judicial.

- 39.** Determinado empregado, que trabalhou para seu empregador no município de Ibaté, após a rescisão contratual, ajuizou reclamação trabalhista no município de São Paulo, cidade em que passou a residir após se desligar da empregadora. Em audiência na Vara do Trabalho de São Paulo, o empregador ofereceu exceção de incompetência territorial como preliminar da contestação.

Diante desta situação, e considerando a legislação processual trabalhista, a exceção de incompetência

- (A) deve ser acolhida, desde que provada a prestação dos serviços em Ibaté.
- (B) deve ser rejeitada, pois a lei faculta ao empregado ajuizar a reclamação trabalhista no local de seu domicílio.
- (C) deve ser rejeitada, vez que preclusa a oportunidade de referida arguição.
- (D) deve ser rejeitada, pois deveria ser ofertada em audiência, mas em peça autônoma, antes de apresentar a contestação.
- (E) poderá ser rejeitada apenas se o advogado não possuir instrumento de mandato escrito.

- 40.** No processo do trabalho, a revelia acarreta a confissão ficta quanto à matéria de fato, salvo se

- (A) havendo pluralidade de reclamados, pelo menos dois deles contestar a ação.
- (B) o litígio versar sobre direitos disponíveis.
- (C) a petição inicial estiver acompanhada de instrumento que a lei considere dispensável à prova do ato.
- (D) estiver, na condição de reclamado, algum órgão da administração pública indireta.
- (E) as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis.

- 41.** No processo do trabalho, a inversão do ônus da prova pelo magistrado

- (A) é admitida mediante fundamentação adequada na sentença.
- (B) só é admitida para favorecer o trabalhador que estiver na condição de reclamante.
- (C) pressupõe decisão fundamentada após a instrução processual.
- (D) pressupõe decisão fundamentada antes da instrução processual.
- (E) é admitida durante a instrução processual, na hipótese de tornar excessivamente difícil à parte se desincumbir do encargo probatório.

- 42.** Numa reclamação trabalhista, em que o reclamante recebia salário mensal no valor de R\$ 1.000,00, na parte dispositiva da sentença transitada em julgado constou condenação em aviso prévio indenizado no importe de R\$ 100.000,00. Nesta situação,
- (A) o valor de R\$ 100.000,00 deverá ser executado, pois emerge de uma decisão transitada em julgado.
- (B) é indispensável o ajuizamento da ação rescisória para evitar o pagamento da importância que foi objeto da condenação.
- (C) a correção do valor só poderá ser feita na decisão dos embargos à execução, após a garantia do juízo.
- (D) a correção do valor poderá ser feita pelo juiz, *ex officio* ou a requerimento da parte interessada, antes da execução.
- (E) a correção do valor poderá ser feita, desde que haja expressa concordância do exequente.
- 43.** Contra a decisão que rejeita o incidente de descondição da personalidade jurídica, na Justiça do Trabalho,
- (A) cabe agravo de petição, se for na fase de execução, independentemente de garantia do juízo.
- (B) cabe recurso ordinário, se for na fase de conhecimento, independentemente do depósito recursal.
- (C) cabe agravo de petição, se for na fase de execução, desde que haja a prévia garantia do juízo.
- (D) não cabe recurso algum, independentemente da fase processual, pois se trata de decisão interlocutória.
- (E) cabe agravo de instrumento se proferida pelo relator, quando o incidente é instaurado no tribunal.
- 44.** No processo do trabalho, o depósito recursal será exigível na interposição do recurso ordinário, desde que haja condenação em pecúnia. Contudo, o valor será reduzido à metade quando, entre outros, se tratar de
- (A) entidades filantrópicas e empresas em recuperação judicial.
- (B) empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) empresas em recuperação judicial e massa falida.
- (D) autarquias e fundações de direito público.
- (E) entidades sem fins lucrativos e empregadores domésticos.
- 45.** São destinatários dos benefícios previdenciários:
- (A) trabalhadores e seus dependentes.
- (B) os necessitados, os quais precisam demonstrar referida condição.
- (C) os necessitados, os quais não precisam demonstrar referida condição.
- (D) trabalhadores, excluídos seus dependentes.
- (E) aqueles que não são protegidos pela assistência privada.
- 46.** Considerando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conceder-se-á aposentadoria por tempo de contribuição ao cidadão que comprovar o tempo total de
- (A) 35 anos de contribuição, se homem ou mulher.
- (B) 35 anos de contribuição, se homem, ou 30 anos de contribuição, se mulher.
- (C) 30 anos de contribuição, se homem ou mulher.
- (D) 30 anos de contribuição, se homem, ou 25 anos de contribuição, se mulher.
- (E) 35 anos de contribuição, se homem, ou 32 anos de contribuição, se mulher.
- 47.** O tempo mínimo de contribuição do professor e da professora, da rede pública de ensino, que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, será de, respectivamente:
- (A) 35 e 30 anos.
- (B) 35 e 32 anos.
- (C) 32 e 27 anos.
- (D) 30 e 25 anos.
- (E) 37 e 32 anos.

- 48.** Augustinho, trabalhador urbano, deixou pensão por morte para sua viúva, única dependente. Considerando que o óbito ocorreu sem ter havido tempo para a realização de, ao menos, 18 contribuições mensais à Previdência e que o casamento datou de menos de 2 anos antes do falecimento do segurado, sobre a duração do benefício, é correto afirmar que será de
- (A) 12 meses, contados a partir do óbito.
 (B) 10 meses, contados a partir do óbito.
 (C) 4 meses, contados a partir do óbito.
 (D) 24 meses, contados a partir do óbito.
 (E) 6 meses, contados a partir do óbito.
- 49.** Luiz Silva e Silva, aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), voltou a exercer atividade abrangida pelo RGPS. É correto afirmar que
- (A) não é segurado obrigatório em relação à atividade pós aposentadoria, porém, ficará sujeito às contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.
 (B) é segurado obrigatório em relação à atividade pós aposentadoria, mas não ficará sujeito às contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.
 (C) é segurado facultativo em relação à atividade pós aposentadoria, uma vez optante, ficará sujeito às contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.
 (D) não é segurado obrigatório em relação à atividade pós aposentadoria, não ficando sujeito às contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.
 (E) é segurado obrigatório em relação à atividade pós aposentadoria, ficando sujeito às contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.
- 50.** A criação de tributo depende da edição de uma lei ordinária, contudo alguns temas só podem ser legislados por meio de lei complementar, sendo um deles a
- (A) criação do Imposto Territorial Rural – ITR, de competência federal.
 (B) fixação da alíquota máxima para o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
 (C) fixação da alíquota mínima do Imposto sobre Serviços – ISS, de competência municipal.
 (D) definição dos contribuintes da Taxa de coleta de resíduos sólidos.
 (E) alteração da alíquota de Imposto de Importação – II, de competência da União Federal.
- 51.** A respeito do poder de criar tributos, denominado competência tributária, assinale a alternativa correta.
- (A) A competência tributária do Imposto de Renda é da União, sendo que pertence ao município a totalidade da arrecadação do mencionado tributo incidente na fonte sobre os rendimentos pagos aos servidores públicos municipais.
 (B) A competência tributária do Imposto Territorial Rural é da União, sendo que pertence ao município de onde o imóvel está situado 20% (vinte por cento) da arrecadação do mencionado tributo.
 (C) A competência tributária do Imposto sobre a propriedade de veículo automotor é dos Estados e do Distrito Federal, cabendo 30% (trinta por cento) da arrecadação, aos municípios de onde o veículo foi licenciado.
 (D) Caso a União institua um novo imposto, através da competência residual, caberá 50% (cinquenta por cento) do produto arrecadado aos Estados e ao Distrito Federal.
 (E) No exercício da competência estadual do imposto sobre circulação de mercadorias, pertence aos municípios 30% (trinta por cento) do produto arrecadado sobre tais operações.

- 52.** O lançamento tributário constitui o crédito tributário, sendo que:
- (A) no lançamento de ofício, considera-se notificado o devedor com o recebimento do carnê no domicílio fiscal do contribuinte.
 - (B) no lançamento por homologação, a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal não constitui o crédito tributário.
 - (C) no lançamento do IPTU, considera-se notificado o devedor com o envio do carnê ao seu endereço.
 - (D) no lançamento por homologação, a entrega da declaração pelo contribuinte não dispensa qualquer outra providência por parte do Fisco para constituição do crédito.
 - (E) no lançamento por homologação, quando não houver declaração do débito, o Fisco não possui prazo para constituir o crédito tributário.
- 53.** Salvo disposição em contrário, o efeito da solidariedade tributária na sujeição passiva, pode ser encontrado corretamente na assertiva:
- (A) o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
 - (B) a isenção exonera todos os obrigados, exceto quando outorgada pessoalmente a um deles.
 - (C) a interrupção da decadência em favor de um dos obrigados favorece aos demais.
 - (D) a interrupção da prescrição contra um dos obrigados não pode prejudicar aos demais.
 - (E) a remissão de crédito não exonera a todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles.
- 54.** No processo de cobrança de créditos tributários em execução fiscal:
- (A) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, sendo essa presunção absoluta e por isso não pode ser ilidida.
 - (B) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública não exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência.
 - (C) a petição inicial indicará o juiz a quem é dirigida, o pedido, o requerimento para a citação e o demonstrativo de cálculo do débito.
 - (D) poderá ser deferida pelo Juiz até a fase de instrução ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro.
 - (E) o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
- 55.** Na lei do orçamento, é correto afirmar:
- (A) tributo é receita originária instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e as contribuições.
 - (B) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial e ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público.
 - (C) classificam-se como despesas de custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
 - (D) considera-se subvenção econômica as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.
 - (E) Constitui fundo especial o produto de receitas não especificadas que por lei não se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.
- 56.** O controle da execução orçamentária compreenderá o controle interno e externo, sendo correto afirmar que
- (A) o Poder Executivo exercerá controle interno, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
 - (B) o controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a legalidade dos atos, e não a guarda e o emprego do dinheiro público.
 - (C) as contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, independentemente de parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
 - (D) caso o município não tenha Tribunal de Contas, a assembleia legislativa do Estado poderá designar peritos contadores para verificação das contas do Poder Executivo.
 - (E) caberá ao controle externo, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

57. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judicial,

- (A) far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, permitida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias.
- (B) deverão obrigatoriamente ser incluídos no orçamento da entidade e pagos até o final do mesmo exercício financeiro, quando apresentados até o dia 1º de julho do ano corrente.
- (C) não poderão ser retardados ou frustrados por ato do Presidente do Tribunal competente, caso contrário poderá se caracterizar crime de responsabilidade.
- (D) deverão ser abatidos a título de compensação do montante correspondente a possíveis débitos líquidos e certos, desde que já inscritos em dívida ativa, contra o credor original pelo município devedor.
- (E) não poderão ser cedidos a terceiros, mesmo mediante concordância do devedor ou do credor do montante objeto da condenação.

58. A respeito das regras relacionadas à renúncia de receita, definidas na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- (B) Anistia tributária não corresponde a uma renúncia, sendo assim não se submete à necessidade de demonstração de medidas de compensação na arrecadação.
- (C) Na ampliação de um incentivo de natureza tributária em que decorra a necessidade de uma compensação, o benefício poderá ser aplicado de forma imediata.
- (D) Na hipótese de concessão de um benefício que represente renúncia de receita, fica proibida a transferência voluntária entre o ente doador e o ente renunciante.
- (E) A alteração de alíquotas do Imposto de Importação realizada por ato do Chefe do Poder Executivo deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

59. Nos estritos termos da Lei Orgânica do Município de Ibaté, extingue-se o mandato do prefeito quando

- (A) deixar de nomear agentes para cargos em comissão.
- (B) representar o Município sem autorização da Câmara.
- (C) deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, na data prevista.
- (D) permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros.
- (E) praticar atos contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daqueles de sua competência.

60. Quanto à aposentadoria do servidor público do município de Ibaté, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor será aposentado na forma e condições estabelecidas na Lei Orgânica municipal.
- (B) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.
- (C) Os proventos da aposentadoria serão revistos em data própria, sem relação com os servidores da ativa.
- (D) O servidor terá direito a aposentadoria rural, desde que exerça atividade pública rural, nos termos da legislação federal.
- (E) A aposentadoria por idade dar-se-á aos 65 anos para homem e aos 60 anos para mulheres.

